



O processo de formação social do espaço de fronteira do oeste-sudoeste paranaense

Edson dos Santos Dias*
Maria José Castelano **

Resumo: Analisaremos a formação socioespacial do Oeste-Sudoeste paranaense a partir das implicações ligadas aos conflitos agrários, às estratégias das companhias privadas de colonização e à ação do Estado, que imprimiram especificidades na formação do território, destacando-se a superexploração do homem e da natureza. Para isso, foi fundamental compreender o contexto histórico que conferiu as bases de interpretação de certo arranjo espacial socialmente constituído. Referencial importante para a nossa análise foi a leitura de obras de José de Souza Martins e a sua identificação e distinção entre frentes pioneiras e frentes de expansão.

* Doutor em Geografia pela Universidade Estadual Paulista Júlio Mesquita Filho (UNESP). Professor adjunto no Centro de Ciências Humanas, Educação e Letras da Universidade Estadual do Oeste do Paraná (UNIOESTE - Campus Marechal Cândido Rondon).

** Professora do curso de História da UNIOESTE - Campus Marechal Cândido Rondon).

The social formation process of the border area of the west and southwest of Paraná

Abstract: In this paper we analyze the socio-spatial formation of the west and southwest of Paraná based on implications related to agrarian conflicts, to strategies of private companies of colonization and to the action of the State which have given specificities to the formation of the territory, especially the super-exploitation of Man and Nature. For this reason it was essential to understand the historical context that provided the bases for interpretation of certain spatial arrangement which is socially constituted.

Palavras-chave:

Formação socioespacial, conflito, espaço de fronteira.

Key-Words:

Socio-spatial formation, conflict, border area.

Introdução

Estudar o processo de formação socioespacial do Oeste-Sudoeste do Paraná circunscrito a ele mesmo, sem as mediações necessárias com outros níveis escalares, dificultaria o entendimento do próprio processo. Em outras palavras, o que ocorreu no Oeste-Sudoeste do Paraná, no histórico de sua formação socioespacial, em diferentes momentos (daí a necessidade de periodização¹), teve um desencadeamento de orientação nacional determinado por políticas públicas de Estado ou ações de interesse do capital privado - em especial as empresas colonizadoras. Logo, a resistência por parte de posseiros, pequenos proprietários e povos indígenas levados a situações limites em razão dos conflitos pela posse da terra, expressa-se na escala local, mas não está dissociada das intervenções políticas e econômicas vinculadas às escalas mais amplas.

É necessário expor a delimitação territorial que utilizaremos quando nos referimos ao Oeste-Sudoeste do Paraná. Optamos pela divisão oficial estabelecida pelo IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística), em mesorregiões, pelo fato desta ser a mais utilizada nos trabalhos consultados, além de ser a referência estabelecida para a tomada e para a configuração dos dados levantados pelos órgãos de pesquisa e planejamento do Estado, como o IBGE ou o IPARDES (Instituto Paranaense de Desenvolvimento Econômico e Social), permitindo a comparação de séries históricas de dados ao longo das décadas.

O Oeste-Sudoeste paranaense é apresentado como território em formação que possui a especificidade de constituir-se em área de fronteira política, econômica e ambiental. Para além da percepção mais óbvia: da fronteira geográfica enquanto área de contato com países vizinhos (Argentina e Paraguai) e outras unidades da federação (Santa Catarina e Mato Grosso do Sul), trata-se da fronteira interna no sentido de frente de ocupação do interior do estado paranaense, marcada por diversos conflitos que, apesar das suas especificidades, têm em comum a busca de domínio do homem e da natureza em um espaço/tempo de (des)encontro entre diferentes visões de mundo e interesses associados.

Ainda sobre a delimitação adotada, alertamos que o rigor quanto aos limites impostos oficialmente pode dificultar a apreensão de contextos histórico-espaciais que extrapolam esses limites. Inclusive, determinados autores consultados indicam como Sudoeste paranaense toda a porção do estado que se diferencia do chamado Paraná Tradicional e Norte paranaense, até porque a classificação regional foi alterada pelo IBGE em 1970 (com a adoção da subdivisão em mesorregiões homogêneas) e em 1988, quando se institucionalizou a classificação que perdura até o momento, na forma de mesorregiões geográficas, na qual a área do estado que era oficialmente reconhecida como mesorregião homogênea do Oeste paranaense foi subdividida em seis mesorregiões geográficas². A Figura 1 permite a visualização da área abordada no artigo.

Ao desenvolver o estudo sobre o processo de formação socioespacial que se desdobra no deslocamento das fronteiras econômica e demográfica para o interior paranaense, tomamos como referencial de abordagem a identificação e distinção feita por Martins (2009) sobre as *frentes pioneiras* e as *frentes de expansão*.

De forma sucinta, podemos dizer que a *frente pioneira* (amplamente empregada pelos geógrafos clássicos) se caracteriza pela concepção da introdução do novo, das relações modernas de produção, tendo como protagonistas a grande empresa, o empreendedor; contando com formas de agricultura inovadoras.

No caso da *frente de expansão*, esta identifica-se por uma forma de expansão do capital que não pode ser qualificada como caracteristicamente capitalista. Trata-se da expansão de uma rede de trocas e de comércio na qual o dinheiro pode estar ausente, assim como o mercado opera (por intermédio dos comerciantes dos povoados) com critérios monopolistas mediados por relações violentas de dominação pessoal, como a escravidão por

¹ Para Santos (1979, p. 33), “A análise supõe, mais uma vez, que encontremos uma periodização para a história do subsistema [região] que estamos estudando, a qual (a história) deve ter suas raízes nos períodos da história nacional, considerada em suas relações com a história mundial”.

² De acordo com o IPARDES (2010), “Os limites das regiões geográficas coincidem com os limites das mesorregiões do IBGE, exceto no caso das regiões Sudoeste e Centro-Sul, para as quais se aplica a Lei Estadual nº 15.825/08, que inclui na Região Sudoeste os municípios de Palmas, Clevelândia, Honório Serpa, Coronel Domingos Soares e Mangueirinha”.

dívida. (MARTINS, 2009, p. 135-137). No entanto, aqueles que são familiarizados com a obra de Martins (2009) têm conhecimento que este autor não simplificaria a discussão ao apresentar uma frente como excludente em relação a outra, mas, ao contrário, o autor afirma a diversidade de situações que ocorrem no país, havendo interpenetração de uma em relação a outra.

Figura 1 – Regiões Geográficas do Estado do Paraná.



Fonte: Lei estadual nº 15.825/08. Base Cartográfica: ITCG (2010).

Primórdios da ocupação paranaense

Partindo de uma perspectiva de análise histórica e geográfica do processo de ocupação recente³ do território paranaense, diversos autores consultados⁴ adotam uma divisão que resulta em três porções distintas: o Paraná Tradicional; o Norte do Paraná e o Sudoeste do Paraná.

Mesmo que essa classificação esteja sujeita a críticas, como são próprias das definições e tipologias no campo do conhecimento científico, a proposta é plausível e bem fundamentada, sob a perspectiva histórica, com a devida ressalva de que os limites estabelecidos não podem ser considerados de forma absoluta, assim como a tríade divisória poderia sofrer subdivisões, conforme os estudos indicam mais claramente as especificidades constitutivas do território paranaense. À medida que avançava o processo de integração social e econômica de todas as partes do território paranaense (motivado pela conjuntura vinculada às determinações em curso nas escalas nacional e mundial), ficava mais nítida a constituição de traços particulares na ocupação e produção das várias configurações territoriais que formam o estado do Paraná, com seus respectivos sistemas produtivos, agrário, populacional, de infraestrutura etc.

Deter-nos-emos a analisar profundamente o que denominamos, de forma geral, de espaço de fronteira formado pelo Oeste e Sudoeste paranaense.

O Paraná, até as duas primeiras décadas do século XX, possuía extensas porções de terras

³ O termo recente está sendo empregado para diferenciá-la da ocupação empreendida pelos indígenas, pois o que hoje denominamos de estado do Paraná, outrora foi habitado por milhares de indivíduos distribuídos em várias nações. Como é preciso fazer opções quanto ao recorte temporal que imprimiremos neste estudo, consideramos pertinente enfatizar a ocupação recente do Oeste-Sudoeste paranaense, não significando esta escolha o entendimento de que, antes dessa forma de ocupação, predominava um “vazio demográfico”, como comumente fica subentendido em algumas obras e ou artigos.

⁴ Ver Balhana (1969); Padis (1981) e Wachowicz (1988).

no seu interior ainda não integradas aos centros de decisão política e econômica do estado. O espaço de fronteira com a Argentina e o Paraguai permaneceu sem ocupação efetiva, em conformidade com os padrões modernos, por um longo período.

No século XVII, os padres jesuítas espanhóis fundaram Reduções Jesuíticas no Noroeste que, posteriormente, foram destruídas por bandeirantes ainda na primeira metade do referido século, eliminando a ação dos jesuítas e contendo a presença espanhola na região (CARDOSO; WESTPHALEN, 1986, p. 34). É preciso observar que estas terras não estavam completamente desabitadas até o momento que denominamos de colonização recente. Pelo contrário, havia grupos indígenas espalhados por todo o interior (reunidos em nações, como Kaingang, Xetá, Guaraní etc.) e a colonização impulsionada no século XX representou mais um momento de (re)pressão sobre estes povos que resultou em um arranjo espacial marcado pela dispersão e/ou confinamento dos mesmos em reservas institucionalmente territorializadas pelo Estado que chegam até o início desse século XXI fazendo parte da pauta de reivindicações por determinados grupos indígenas quanto à definição (em outros casos, a ampliação) dos seus limites.

Os primeiros empreendimentos econômicos no Oeste paranaense: superexploração do homem e da natureza

No final do século XIX, uma extensa porção ocidental do território paranaense encontrava-se escassamente habitada, sendo a população formada por “guaranis modernos” (Darcy Ribeiro apud Wachowicz 1987, p. 17), assim como argentinos, paraguaios e alguns grupos indígenas brasileiros.

O limite, quanto à incorporação do território à economia e à ação administrativa do estado paranaense, estava nos campos de Palmas; os quais foram integrados somente a partir dos anos quarenta do século XIX. Destes campos até as barrancas do Rio Paraná o governo brasileiro não havia estimulado nenhum tipo de presença efetiva, contando apenas com os limites acordados junto ao Paraguai e à Argentina. Estes acordos não significaram ausência de contestações quanto ao traçado limítrofe, como atesta a discordância levantada pela Argentina, no final do século XIX, que ficou conhecida como “Questão de Palmas” e seria resolvida favoravelmente ao Brasil em 1895, posterior ao arbitramento internacional sob a responsabilidade do presidente norte-americano Grover S. Cleveland.

As primeiras iniciativas oficiais para garantir a presença do Estado brasileiro nessas terras ocorreram às vésperas do ocaso do Império, com a instalação das Colônias de Chapecó (atualmente em território catarinense) e Chopim (hoje, município de Chopinzinho, no Paraná) em 1882. Mais tarde, em 1889, organizou-se uma expedição que, partindo de Guarapuava, fundou a Colônia Militar de Foz do Iguaçu.

Nessa época, a faixa de fronteira Oeste do Paraná, entre Foz do Iguaçu e Guaíra, era objeto de exploração extrativista da erva-mate, planta abundante na mata nativa local e, também, da madeira em toros. Tratava-se das *obrages*, empreendimentos financiados por empresas de capital argentino ou britânico, que utilizavam força de trabalho predominantemente paraguaia. Essa fase de exploração do Oeste paranaense perdurou de 1881 até 1930, período em que o Rio Paraná possuía a condição estratégica de ser a principal via de circulação de pessoas e mercadorias em todo o Oeste.

Em meados do século XIX, o Brasil assinou um tratado de navegabilidade fluvial com a Argentina e o Paraguai. Estes países permitiram ao Brasil a navegabilidade dos Rios Paraná e Paraguai, possibilitando que os brasileiros pudessem chegar à isolada Província de Mato Grosso. Em contrapartida, as embarcações desses países obtiveram do Brasil a permissão de navegar no Rio Paraná, da foz do Rio Iguaçu até as Sete Quedas. (WACHOWICZ, 1987, p. 15-16).

Esse acordo possibilitou, aos argentinos, as condições necessárias de acesso ao Oeste paranaense para implantar o sistema de obrages, o qual já existia em terras argentinas e paraguaias adjacentes ao Paraná. Também permitiu que os proprietários das embarcações paraguaias e argentinas monopolizassem o comércio e o transporte pelo Rio Paraná.

O sistema de exploração, baseado nas obrages, é descrito da seguinte forma:

Como no oeste paranaense não havia presença brasileira nem fiscalização, o sistema das “obrages” desenvolveu-se na região. O “obragero” [proprietário desse tipo de latifúndio] argentino descobria satisfeito que seus navios tinham direito de navegar até as Sete Quedas pelo rio Paraná. Organizava então uma firma. Algumas vezes comprava do governo paranaense uma extensa porção de terras e organizava uma expedição. Entretanto, na maioria das vezes penetrava em território paranaense de forma ilegal. Dezenas de peões, os chamados “mensus”⁵, todos índios paraguaios (guaranis modernos), acompanhavam a expedição. Levavam consigo alimentos e ferramentas para a colheita da erva-mate. Desembarcavam do vapor na margem do rio Paraná e subiam as barrancas, típicas das margens do rio na região. Eram barrancas de 50, 80 e até 100 metros de altura, cavadas pelas águas revoltas e barrentas do rio Paraná. Assim nascia um povoado que era “porto”, pelo qual escoava-se o mate e posteriormente a madeira, extraídos dos sertões do oeste paranaense. Desta forma toda a margem paranaense, desde Foz do Iguaçu até os saltos das Sete Quedas, encheu-se de “portos”, muitas vezes de vida efêmera, outros de maior durabilidade. (WACHOWICZ, 1988, p. 227).

Desse tipo de exploração econômica que perdurou até a terceira década do século XX, pretendemos ressaltar duas graves consequências. A primeira diz respeito à forma predatória de derrubada das árvores de maior valor que existiam no extremo Oeste paranaense.

Como nos informa Colodel (1988, p. 63) essa atividade exploratória foi responsável pelo acelerado processo de esgotamento das reservas nativas de madeira e erva-mate da região. As obrages só funcionavam a contento quando a exploração dava-se de maneira maciça, englobando vastas extensões de terras, com objetivos de curto prazo, pois não havia a preocupação com o replantio das espécies vegetais retiradas, já que a ideia era a maximização absoluta dos lucros obtidos. Com o esgotamento dos recursos na área explorada, a atividade estendia-se para as áreas de mata virgem. As terras, já intensamente exploradas, não eram abandonadas gratuitamente. Eram vendidas a agricultores que se dirigiam para o Oeste ou para companhias colonizadoras brasileiras.

Podemos avaliar o efeito predatório das obrages pela passagem abaixo, escrita na década de 1930, por um morador de Foz do Iguaçu.

As mattas brasileiras próximas às barrancas do rio Paraná, estão esgotadas de madeira, devido as grandes e consecutivas extrações effectuadas pelos adventícios, cuja acção destruidora atingiu a 30 kilometros para leste! Presentemente [o artigo foi escrito em 1938] é difficil encontrar madeira de bôa qualidade, sazoadada, para edificar, dentro d’aquella área! Herva-matte exploraram até 120 kilometros, para leste e 180 para o Norte. (BRITTO, 1977, p. 68).

A exploração madeireira feita neste período ocorria a até 100 km das margens do Rio Paraná, as toras eram empilhadas formando uma espécie de jangada que era levada pelo rio até as serrarias de Posadas (na Argentina) ou Encarnacion (no Paraguai). (WACHOWICZ, 1988, p. 231-232).

Quanto às informações apresentadas acima, é preciso acrescentar que, antes da chegada dos “colonos agricultores” mencionados pelo autor, a madeira da região foi explorada por empresas gaúchas que, posteriormente, voltaram-se para o investimento em projetos imobiliários de colonização. Logo, a exploração dos recursos florestais, antes da colonização, não foi ação exclusiva das obrages.

Apesar dessa forma de produção ocorrer a partir de empresas constituídas por capital

⁵ Mensu era a denominação dada ao trabalhador das obrages, o qual recebia uma antecipação de três meses de salário, comprometida no armazém da Companhia, resultando em um endividamento do trabalhador que o obrigava a permanecer na obrage, em um sistema de semiescravidão.

britânico, em um momento histórico no qual a Inglaterra ainda ocupava uma posição de protagonista no mercado internacional, a acumulação de capital no extremo Oeste paranaense ocorria segundo as condições mais primitivas de exploração. A relação capital e trabalho orientava-se para um nível e uma forma de superexploração deste último, sem maiores preocupações com as denúncias quanto aos métodos de exploração empregados sobre o trabalhador.

O trabalhador paraguaio contratado pelo obragero era submetido a condições típicas de semiescravidão. Entre as condições mencionadas, havia a obrigação de o mensu comprar seus mantimentos no armazém da empresa, sendo, inclusive, proibida a plantação para a subsistência, assim como o trabalho era “acompanhado” por capatazes que inibiam qualquer manifestação de descontentamento.

As obras caracterizaram-se exclusivamente pela extração dos recursos naturais disponíveis, pouco contribuindo para oferecer uma estrutura que servisse de base para uma ocupação contínua e definitiva. Essa contribuição resumia-se às vias de transporte (picadas e estradas abertas na mata para permitir o escoamento do mate e da madeira, voltadas para o Rio Paraná), além de alguns portos ao longo da margem deste mesmo rio e uma ferrovia que ligava Guaíra (fundada pela Companhia Mate Laranjeira em 1909) a Porto Mendes⁶ (atualmente distrito de Marechal Cândido Rondon), com o objetivo de exportar o mate para a Argentina.

Não se deduza, pelo exposto, que essas empresas tinham como objetivo deliberado oferecer qualquer subsídio que garantisse futuramente uma ocupação permanente. A infraestrutura construída destinava-se exclusivamente a criar as condições exigidas para apoiar o seu empreendimento, até porque elas não tinham interesse de facilitar o acesso de brasileiros à região. Essas terras, apesar de se encontrarem sob domínio político do governo brasileiro, de fato não apresentavam infraestruturas básicas, como estradas em condições satisfatórias, que garantissem a presença de brasileiros ligados aos circuitos econômico e administrativo nacionais.

A presença oficial do governo brasileiro na época, baseada no pequeno povoado de Foz do Iguaçu, era bastante restrita. O efetivo policial desta cidade, em 1919, responsável pela segurança sobre milhares de quilômetros quadrados, desde Foz do Iguaçu até Guaíra, restringia-se a um total de apenas dezoito homens. (COLODEL, 1988, p. 61).

Quanto mais isolada a região, mais conveniente era para as empresas manterem inalterados os seus procedimentos de exploração dos trabalhadores e dos recursos naturais levados ao extremo, acrescentando-se a este motivo o fato de grande parte do mate e da madeira serem retirados sem o pagamento de impostos ao fisco brasileiro.

As condições de navegabilidade pelo Rio Paraná contribuíam para a manutenção dessa situação, como é atestado pela afirmação seguinte:

A existência das Sete Quedas era um benefício para a sobrevivência do sistema. Essas cachoeiras eram um formidável obstáculo. Em direção a leste, para Guarapuava, eram mais de 400 quilômetros por uma picada mal construída. Até o final da década de 1920, o único acesso confiável era pelo Rio Paraná, via Buenos Aires. (WACHOWICZ, 1988, p. 229).

Apesar das dificuldades de acesso, no começo do século XX, as Cataratas do Iguaçu já despertavam interesse de turistas brasileiros e argentinos, que subiam em barcos a vapor pelo Rio Paraná para conhecê-las. Mas, mesmo esse reduzido afluxo de pessoas, que temporariamente passavam pela região, contrariava os interesses das obras.

Diante dessa conjuntura de isolamento, as condições em que se desenvolvia a exploração econômica baseada nas obras, em pleno Oeste paranaense, não despertariam maior interesse das classes dominantes ou políticas como autoridades nacionais e paranaenses por mais de quatro décadas. A situação de extrema exploração do homem e da natureza na região só obteria repercussão nacional em razão do Oeste tornar-se local de passagem e de operações táticas resultantes da Insurreição Militar Tenentista deflagrada em 1924. Sobre o tenentismo consultar Moraes (2005); Prestes (1994) e Sodré (1968). Para outra interpretação, em relação aos autores mencionados, consultar Boris Fausto (1997).

⁶ Deve-se lembrar que o conjunto de quedas d'água que formava as Sete Quedas impossibilitava a navegação pelo Rio Paraná neste trecho.

A Insurreição Militar de 1924, debelada em Sergipe e no Amazonas, ofereceu maior resistência na cidade de São Paulo. Após um breve período de ocupação da cidade, os rebeldes abandonaram a capital paulista e dirigiram-se, comandados por Miguel Costa e Isidoro Dias Lopes, para Guairá, no Oeste paranaense. Neste local, procuraram constituir uma força de resistência às tropas legalistas do Governo Arthur Bernardes, assim como aguardar os rebeldes gaúchos, sob comando de Luís Carlos Prestes, que se deslocavam do Rio Grande do Sul com o objetivo de se agregarem aos revoltosos paulistas.

A campanha militar em terras paranaenses desenvolveu-se ao longo de sete meses em que são registrados deslocamentos frequentes dos militares rebeldes, assim como confrontos com as tropas legalistas comandadas pelo General Cândido Rondon.

Como resultado das ações que marcaram esse momento da história brasileira, interessa-nos destacar a denúncia feita pelos militares rebeldes, motivados por inspirações nacionalistas, quanto ao “estado de abandono” do Oeste do Paraná pelas autoridades brasileiras, tanto no que se referia à devastação ambiental, como às circunstâncias desumanas a que eram submetidos os trabalhadores das obras.

Uma das primeiras obras a divulgar a precariedade das condições de vida dos trabalhadores das obras foi elaborada por um oficial rebelde que pertencia à Coluna Paulista e teve participação efetiva nos combates travados na região, no caso, o tenente João Cabanas. Assim ele descreve a situação do *mensu*:

O trabalhador do herval é sem duvida alguma, um verdadeiro escravo olvidado pela lei de 13 de Maio de 1888, que delle não cogitou. Na generalidade, nasceu elle na hospitaleira Republica do Paraguay, onde a fortes quantias adeantadas, é arrebanhado para além das fronteiras de sua Pátria e internado nos heruaes do Oeste do Paraná, sendo depois entregue a um capataz que o recebe, mostrando ao desventurado, as insígnias de mando a que tem de sujeitar-se, conforme o caso: um chicote e um revolver calibre “44”. De ahí em diante o estrangeiro a quem acenaram com as libérrimas leis brasileiras, perde a sua individualidade nas mãos de extranhas gentes. (CABANAS, 1926, p. 241).

As revelações de desnacionalização da área de fronteira paranaense e das condições de vida da população local repercutiram em Curitiba e no Rio de Janeiro, favorecendo a retração desse tipo de exploração que, naquele momento, já se encontrava com dificuldades econômicas, em razão da desvalorização do mate brasileiro junto ao mercado argentino.

O contexto socioespacial do Sudoeste paranaense na Fase “Caboclá”

Ao contrário do extremo Oeste paranaense, que desde as últimas décadas do século XIX foi incorporado ao sistema econômico baseado nas obras (apesar disso não resultar em integração aos centros econômicos brasileiros), as terras localizadas ao sul do Rio Iguaçu, no Sudoeste do Estado, não tinham estrutura de exploração econômica direta e fortemente relacionada ao mercado.

A despeito de não ser identificada como uma área de exploração econômica imediata até as primeiras décadas do século XX, o Sudoeste, em razão do seu potencial, tinha se tornado objeto de disputa com o governo da Argentina (“Questão de Palmas”, solucionada em 1895) e, mais tarde, com o governo de Santa Catarina. A divergência com o governo catarinense foi levantada a partir da iniciativa deste último, que contestou nos tribunais federais, em 1901, as fronteiras demarcadas com o Paraná. Desde a sua emancipação da Província de São Paulo, em 1853, o Paraná mantinha seus limites no extremo sul até o Rio Uruguai, fazendo divisa com o Rio Grande do Sul.

No ano de 1904, o Supremo Tribunal Federal (STF) deu ganho de causa aos pleitos de incorporação do “Território do Contestado”, feito pelos políticos catarinenses, sob o argumento de que Santa

Catarina “tinha o direito de possuir limites naturais” com seus estados vizinhos, resultando que a divisa com o Paraná seria pelos Rios Saí-Guaçu, Negro e Iguaçu. (WACHOWICZ, 1988, p. 190).

Depois de resistência articulada na esfera política federal, o governo paranaense conseguiu, em 1916, obter um acordo que lhe assegurou a manutenção do Sudoeste do estado, cedendo ao estado vizinho a maior parte das terras requeridas por esse.

Até os anos de 1940 o Sudoeste paranaense caracterizava-se por um povoamento escasso, uma economia rudimentar e era pouco integrada ao circuito comercial nacional. Predominavam extensas áreas florestais, com destaque para a presença de araucárias, árvores da família das coníferas, que primitivamente se estendiam por amplas áreas do sul do país. É possível identificar que se tratava de uma fase na qual havia uma *frente de expansão* movimentando-se no Sudoeste, quando não havia as condições para as incursões próprias da *frente pioneira*.

Com a ausência de instituições que representassem o Estado (na esfera estadual ou federal), a região Sudoeste era habitada por uma população cabocla pouco numerosa, que vivia em condições precárias e sem a legalização da propriedade da terra. A regularização formal das terras que explorava não era uma prioridade, constituindo-se a propriedade privada em algo estranho, ou, pelo menos, negligenciável no modo de vida caboclo.

Na *frente de expansão* o trabalhador geralmente era posseiro ou ocupante da terra, sem título de propriedade. Esta precária relação com a posse da terra é resultado da frágil ou inexistente institucionalização do direito de propriedade, assim como pelo fato dessas terras (até determinado momento) estarem fora do circuito rentável da renda da terra. (MARTINS, 2009, p. 162).

De acordo com Westphalen (1968, p. 30), “Não havia mercado, nem transporte, não havia, pois, razão de maior interesse ou de procura da terra, muito menos pela disputa do seu domínio pleno”. Esta citação resume o contexto em que se dava a ocupação do Sudoeste nas primeiras décadas do século passado.

O caboclo, a partir das suas particularidades com relação ao uso e à posse da terra, vai ser o protagonista solitário, esquecido, dessa região, então boca de sertão. Contudo, também deixará marcas de sua passagem, mesmo que essas sejam confundidas e apagadas pelos colonos sulistas “de origem”, que, em levadas sucessivas, expulsaram ou absorveram o caboclo a um novo modo produtivo que se tornou hegemônico.

Essa população escassa, distribuída por amplas extensões, ficou conhecida como cabocla. Segundo Corrêa (1997), tratava-se de uma população de origem luso-brasileira constituída, em parte, por fazendeiros empobrecidos e agregados (trabalhadores das fazendas de gado cujas famílias aumentaram e não encontravam ocupação) provenientes dos Campos de Palmas e Guarapuava. Outro ponto de origem é identificado, no processo de colonização dirigida, estabelecido por uma empresa ferroviária nas terras marginais aos seus trilhos, no vale do Rio do Peixe (atual estado de Santa Catarina), na década de 1910, gerando a expulsão dos antigos moradores dessa área.

Somando-se a essa população estabelecida no Sudoeste, havia argentinos e paraguaios, envolvidos com a extração da erva-mate, os quais localizavam-se principalmente junto à fronteira argentina, perfazendo um grupo representativo de 10% da população regional na década de 1920. Com a diminuição da extração da erva-mate, houve uma redução dos estrangeiros, constituindo menos de 1% da população regional nos anos quarenta do século XX. (CORRÊA, 1997, p. 238-240).

O caboclo priorizava a sua subsistência, por isso não se preocupava em providenciar ou reivindicar estruturas que garantissem a comercialização de seus produtos, já que gerar excedentes não era sua prioridade. Isso não significava que a produção cabocla se encontrasse completamente desvinculada das relações mercantis com o sistema econômico paranaense. Estas relações eram tênues e esporádicas, mas tinham o seu papel no modo de vida caboclo.

Para Martins:

[...] as relações sociais (e de produção) na frente de expansão são predominantemente relações não capitalistas de produção mediadoras da reprodução capitalista do capital. Isso não

faz delas outro modo de produção. Apenas indica uma insuficiente constituição dos mecanismos de reprodução capitalista na frente de expansão. Insuficiência que decorre de situações em que a distância dos mercados e a precariedade das vias e meios de comunicação comprometem a taxa de lucro de eventuais empreendedores. (MARTINS, 2009, p.156).

A relação com a terra desenvolvia-se em um contexto muito particular, no qual a propriedade fundiária, baseada no sistema de posse, não era essencial, como percebemos pelo excerto seguinte:

Aqui é necessário salientar que não era enquanto proprietário – ou enquanto aspirante a tal condição – que o caboclo enfrentava esta mata virgem. Ele – diferentemente dos colonos de origem européia que o sucederam – se interessava pela terra apenas na medida em que ela era capaz de lhe dar os frutos daquilo que nela ele plantava. A terra só lhe servia como objeto de seu trabalho. Separada deste trabalho, ela não tinha valor algum. A propriedade (real ou virtual) não era a premissa para a produção. Assim ao chegar o caboclo não subdividiu a mata em parcelas sobre as quais cada indivíduo ou família seria soberana, o que se colhia ou caçava, isto sim era um patrimônio individual. Mas a terra ela mesma não pertencia a ninguém. (ABRAMOVAY, 1981, p. 11).

Esta forma de organização social estruturava-se na relação direta do homem com a floresta. Suas atividades principais eram a caça, a pesca, a coleta (inclusive de erva-mate), o plantio da mandioca e a criação de porcos. Algumas destas atividades levaram o caboclo a adotar um estilo de vida caracterizado pelo nomadismo.

Habitando extensas áreas de terras, cobertas com mata original, sem os limites impostos pela propriedade privada, o caboclo foi abrindo clareiras com o uso do fogo para “limpar” a terra, cultivando por um determinado período, até julgar necessário tomar posse de outra área, imprimindo um caráter itinerante a seu modo de vida. Como afirma Abramovay (1981, p. 17), “Fixar-se num lugar só seria, para o caboclo, aceitar uma queda na produtividade de seu trabalho quando nenhum tipo de pressão o obrigava a tal. Enquanto ele tem a mata pela frente, seria economicamente irracional que ele deixasse de cultivar na floresta virgem”. Há uma passagem em Martins que reforça a associação com o contexto de frente de expansão, aliás, forma predominante de ocupação pelo interior do país até a década de 1940:

Tradicionalmente, a frente de expansão se movia [...] em conseqüência de características próprias da agricultura de roça. Trata-se de um deslocamento lento regulado pela prática da combinação de períodos de cultivo e períodos de pousio da terra. Depois de um número variável de anos de cultivo do terreno, os agricultores se deslocam para um novo terreno. (MARTINS, 2009, p.149)

A atividade econômica que mais tempo perdurou entre a população cabocla foi a criação de porcos. Esta ocorria de forma bastante simples, com os animais criados soltos no mato, alimentando-se dos recursos da floresta, em especial do pinhão. Quando atingiam determinado peso eram vendidos aos “safristas”, que os engordavam. O “safrista” embrenhava-se na mata, abria uma clareira com 10, 25, 50 ou 100 hectares e ali plantava o milho. No ano seguinte, os porcos eram soltos no milharal para engorda. Posteriormente, eram tropeados, a pé, para os locais de consumo, levados para cidades distantes como União da Vitória, Guarapuava, Ponta Grossa e Castro. (CORREIA, 1997, p. 247).

Destaca-se que a produção itinerante do caboclo, associada à forma como se dava a criação de porcos na região, representou a primeira fase de desmatamento a que o Sudoeste foi submetido. O impacto da ocupação cabocla na região, caracterizada pela sua forma extensiva, pode ser avaliado pela seguinte descrição da necessidade de terras:

Essa atividade [criação de porcos], nos moldes em que era praticada, necessitava de amplas áreas – 1 cabeça para 5 hectares de mato no sistema de “porco alçado”, e 4 cabeças por hectare de milho no sistema de “safra” – não podendo coexistir com uma intensa ocupação do solo. Ela é, pois, uma atividade de áreas de muito baixa densidade demográfica, e

à medida que o povoamento com colonos progredia, essa atividade afastava-se para áreas mais remotas. (CORRÊA, 1997, p. 248).

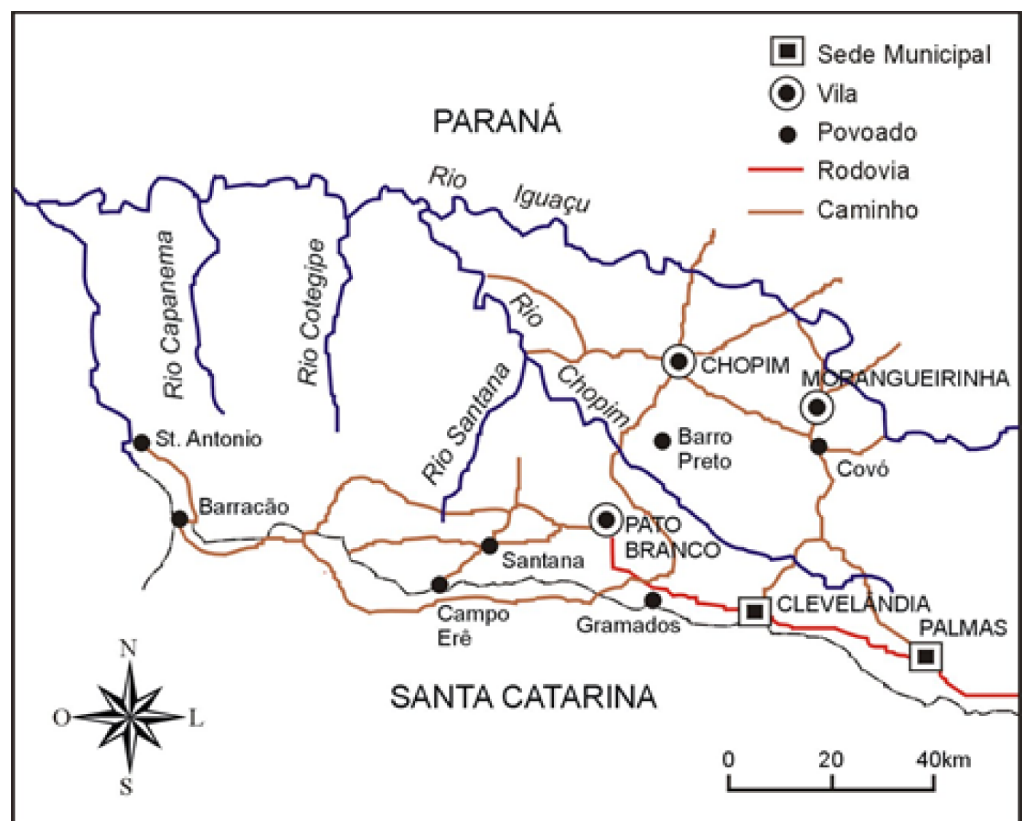
Ao abordarmos a relação da exploração caboclo-safrista com o desmatamento nessa porção do Estado, o objetivo é compreender as primeiras atividades que deram origem ao desflorestamento local, não significando que foi a sua principal causa, pois a exploração madeireira em grande escala ocorreu posteriormente.

Mesmo com a ressalva de que tal desmatamento pode ser considerado modesto quando comparado com as fases posteriores, isso não significa que deva ser menosprezado.

O processo de desmatamento dessa região do Paraná, que se intensificaria a partir da implantação dos projetos de colonização dirigida, já se apresentava em curso mesmo no modelo tradicional de uso do solo, quando a produção voltada para as demandas próprias das relações mercantis eram pouco expressivas.

Como pode ser visualizado pela Figura 2, o Sudoeste possuía, em 1938, poucos núcleos de ocupação permanente, formados por vilas e povoados, sendo que as sedes municipais mais próximas – Clevelândia e Palmas – encontravam-se fora dos seus limites oficiais.

Figura 2 – O Sudoeste paranaense em 1938.



Fonte: CORRÊA, Roberto Lobato. O Sudoeste paranaense antes da colonização. In: ____ Trajetórias geográficas. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1997, p. 249. Modificado por: Edson dos Santos Dias.

Geografia Ensino & Pesquisa, v. 19,
n.1 p. 07-26, jan./abr. 2015

O processo de formação social
do espaço de fronteira do
oeste-sudoeste paranaense

Segundo Corrêa, o Sudoeste paranaense, até 1950, apresentava-se pouco integrado à economia do país, contando com atividades de produção amparadas em técnicas primitivas, praticadas por uma população que não contava com vias de circulação modernas para escoar os seus produtos semielaborados. Caracterizava-se ainda:

[...] pela dependência a centros comerciais localizados fora da região, sobretudo União da Vitória, que se encarregavam de encaminhar os produtos regionais ao mercado consumi-

dor. [...] em 1950, nenhuma sede municipal aí [Sudoeste] se localizava: Palmas e Clevelândia, cidades localizadas fora da região, dirigiam administrativamente o Sudoeste paranaense. (CORREIA, 1997, p. 251, grifos nossos).

No extremo Oeste paranaense, até a década de 1940, a situação não era muito diferente. Os principais núcleos de povoamento eram Foz do Iguaçu e Guaíra, com pequenos povoados em torno dos portos localizados nas barrancas do Rio Paraná.

A Tabela 1 demonstra como o Oeste e Sudoeste paranaenses possuem um histórico recente quanto à sua projeção política no conjunto do estado, contando com a instalação de apenas um município no Oeste durante toda a primeira metade do século XX (Foz do Iguaçu, no ano de 1914) e sem registro de ocorrência de autonomia municipal no Sudoeste até 1952. No referido ano, evidenciando o início de uma nova fase, foram instalados os municípios de Guaíra, Cascavel, Guaraniaçu e Toledo, no Oeste paranaense e Barracão, Santo Antônio do Sudoeste, Pato Branco, Francisco Beltrão e Capanema na região Sudoeste.

Tabela 1 – Evolução da instalação de municípios, segundo mesorregiões – Paraná – 1940 a 2000 - número de municípios instalados.

Mesorregião	Até 1900	1901-40	1940-49	1950-59	1960-69	1970-79	1980-89	Após 90
Oeste paranaense	-	1	-	4	14	1	12	18
Sudoeste paranaense	-	-	-	7	17	-	3	10
Noroeste paranaense	-	-	-	18	32	1	2	8
Centro-ocidental paranaense	-	-	1	5	12	-	4	3
Norte-Central paran.	-	2	9	31	21	-	4	12
Norte pioneiro paran.	1	10	13	9	11	-	1	1
Centro-oriental paran.	6	2	-	2	1	-	-	3
Centro-sul paranaense	3	-	3	-	4	-	2	17
Sudeste paranaense	3	8	-	3	5	-	-	2
Metropolitana de Curitiba	14	-	5	2	9	-	-	7
Total do Paraná	27	23	31	81	126	2	28	81
Total acumulado	27	50	81	162	288	290	318	399

Fonte: TRE – Resolução nº 314; IPARDES – Base Pública e Tabulações Especiais. Extraído de: IPARDES. Indicadores e mapas temáticos para o planejamento urbano e regional – Paraná, 2003. CD-ROM.

A Tabela 1 permite perceber também a nítida concentração, nos anos sessenta do século XX, de núcleos urbanos que obtiveram a condição de município. O ritmo ascendente do número de municípios instalados é generalizado em todo o Paraná, naquela década, resultado direto do grande contingente populacional que se dirigia para as frentes de ocupação do estado nas décadas de 1950 e 1960. Entretanto, quando comparada com os anos cinquenta, a emancipação municipal, realizada na década de 1960, obtém especial destaque no Oeste e Sudoeste paranaenses.

Outro aumento representativo na instalação de municípios ocorreu novamente na década de 1990. Neste período, observa-se que o Oeste teve o maior número de municípios instalados no Paraná, mais uma vez seguindo o contexto de incentivo a esse processo verificado em todo o estado e mesmo no país, em razão da maior facilidade de emancipação oferecida pela Constituição Federal de 1988.

Destacamos que o fenômeno recente de instalação de municípios no Oeste e Sudoeste é um indicador de como também é relativamente recente a ocupação mais acelerada e de forma sistematizada destas partes do estado. Procurando complementar esta interpretação, fornecemos dados sobre o conjunto da população aí instalada até meados do século XX.

Até este período, a maior parte da população do Oeste-Sudoeste, predominantemente

voltada para atividades agrícolas e extrativistas, não formava uma frente de colonização expressiva e os núcleos de povoamento eram bastante modestos em termos populacionais, mesmo para os padrões da época.

Para respaldar as afirmações feitas acima, valemo-nos de informações sobre os primórdios da ocupação do Sudoeste paranaense, disponíveis no estudo realizado, na região, por Corrêa, nos anos de 1960. Por meio desta pesquisa, se verifica-se que o recenseamento de 1900 apresentava o município de Clevelândia (que na época abrangia toda a atual Mesorregião do Sudoeste) com uma população pouco superior a 3.000 habitantes, destacando-se a área onde foi instalada a Colônia Militar do Chopim (1882). Em 1920, os dados indicavam a presença de 6.000 pessoas, representando uma densidade demográfica de 0,5 habitantes por quilômetro quadrado. Passados vinte anos (em 1940), a densidade era de apenas dois habitantes por quilômetro quadrado (CORRÊA, 1997, p.237-239).

Em 1950, a área do município de Clevelândia ainda encerrava todo o Sudoeste, desde os limites de Palmas até a divisa com a Argentina, o resultado do censo demográfico, daquele ano, apontava a existência de 54.167 habitantes, concentrados no leste do município (ROCHA, 1997, p. 09).

No Oeste paranaense, a ocupação permanente só apresentaria sinais de maior vigor a partir do início dos anos de 1950, inclusive, sendo afetada por desdobramentos de conflitos pela terra ocorridos no Sudoeste.

Até 1950, Foz do Iguaçu era o único município instalado na região Oeste e contava com uma população total de 12.010 habitantes, de acordo com o censo demográfico realizado naquele ano. A população de Cascavel, que então fazia parte do município de Foz do Iguaçu, era composta por 4.411 habitantes, dos quais quase 90% residiam na zona rural (PIERUCCINI et al., 2003, p. 112; 119).

Integração do Oeste-Sudoeste aos marcos da expansão capitalista – a frente pioneira

O Sudoeste e o extremo Oeste paranaenses foram ocupados de forma mais sistemática e ordenada, na esteira dos acontecimentos que se precipitaram, desde a Revolução de 1930, que inaugurou o chamado período Vargas. Entre as suas metas para impulsionar uma fase de desenvolvimento para o país, este governo pretendia proporcionar as condições necessárias para a real ocupação das extensas faixas de terras do interior, buscando integrá-las a um modelo de desenvolvimento associado aos centros de poder econômico e político localizados no Sudeste brasileiro.

A *frente de expansão* foi influente por um longo período no país, começou a declinar com a Marcha para Oeste (na década de 1940) e a intervenção direta do Estado para acelerar o deslocamento dos típicos agentes da *frente pioneira* sobre territórios novos, em geral, já ocupados por grupos característicos da frente de expansão (MARTINS, 2009, p. 151).

Até o início do século XX, o Brasil possuía um conjunto de “economias regionais” que não apresentavam maiores articulações entre si. As medidas implementadas a partir do movimento de 1930 significaram a entrada do Brasil em uma nova fase política e econômica, privilegiando a industrialização e levando à gradativa superação da economia de arquipélago.

As construções de estradas, o aumento de trocas comerciais internas e o processo de colonização são os aspectos mais visíveis da busca de integração econômica, com as suas bases sendo lançadas pela economia cafeeira do Sudeste do país e tendo o estado de São Paulo como pólo da economia capitalista, cujo parque industrial se organizou de maneira a tornar-se o principal fornecedor de produtos manufaturados para todo o país.

No tocante à colonização planejada, havia o programa Marcha para o Oeste, resultado de ações planejadas pelo governo federal centralizador, o qual adotava políticas de colonização que

se desdobravam em duas frentes: uma na qual o Estado tinha uma ação direta na sua efetivação, por meio de projetos de colonização empreendidos pela própria União ou pelos governos dos estados; e outra através de concessões feitas pela União ou pelos estados (que também possuíam essa prerrogativa) às empresas privadas constituídas com o objetivo de promover uma colonização dirigida. No Oeste e Sudoeste do Paraná, esta colonização dirigida teve a participação tanto do Estado quanto das empresas privadas.

Até as primeiras décadas do século XX, a forma de exploração no Oeste deu-se com as obras e o sudoeste caracterizava-se por uma ocupação designada como cabocla, para diferenciar da fase seguinte, feita pelos colonos do sul.

Na década de 1940, são colocadas em curso, no Oeste e no Sudoeste, algumas iniciativas oficiais, nas esferas dos governos estadual e federal, conjugadas com uma série de interesses de empresários envolvidos com projetos de colonização e extração de madeira. Este novo contexto passou a alterar substancialmente a paisagem então predominante.

Entre as iniciativas da União, temos a criação do Território Federal do Iguazu, formado pelo Oeste-Sudoeste paranaense e Oeste de Santa Catarina, com o objetivo de contribuir com a ocupação da faixa de fronteira. O Território Federal do Iguazu, apesar da existência efêmera (foi criado em 1943 e extinto em 1946), serviu como argumento que tentou, muitos anos depois, legitimar a reivindicação da criação do Estado do Iguazu. Mesmo sem contar com um apoio popular representativo, esta proposta reiteradamente é evocada por determinados grupos políticos, especialmente em períodos eleitorais ou quando há o conflito dos interesses regionais com a esfera estadual ou federal.

O governo paranaense, interessado na colonização de suas terras devolutas e de antigas concessões retornadas ao seu patrimônio, passou a fundar colônias ou fornecer concessões para empresas privadas atuarem na região.

O Brasil, ao longo dos séculos XIX e XX, tomou de empréstimo vultuosas somas de dinheiro originário da Europa e, posteriormente, dos Estados Unidos para financiar empreendimentos, como a ocupação dirigida do interior do país. Assim, podemos afirmar que a economia sempre esteve estruturalmente atrelada a capitais estrangeiros, sobretudo, na fase imperialista do Capitalismo, quando é possível notar a presença de empresas de capital estrangeiro atuando no Brasil e no Paraná.

As mudanças no território paranaense eram resultado também de políticas públicas adotadas pelo governo do estado, que procurava inserir o Paraná no curso da pretendida modernização, cujo papel reservado para o migrante interessado em se estabelecer nestas terras era estratégico para garantir a efetiva ocupação e produção espacial.

Fez-se várias concessões de terras para empresas particulares viabilizarem a ocupação planejada de grandes áreas do território. No entanto, muitas delas apenas exploravam os recursos naturais disponíveis, especialmente a madeira, sem a contrapartida de realizar investimentos que resultassem na efetiva ocupação das terras. Esta prática, inclusive, levou o Governo Vargas a cancelar muitas das concessões feitas pelos governos anteriores.

As empresas colonizadoras privadas tiveram um papel importante no direcionamento e ingerência na forma de integração da Mesorregião Oeste ao sistema produtivo mercantil, não se limitando apenas à venda de terras, mas procurando participar de outros empreendimentos que consideravam lucrativos, como as serrarias. Nesse sentido, consideramos que a análise de Martins sobre frentes pioneiras alcança sua materialidade no caso do Oeste do Paraná.

A característica imediata desta última [frente pioneira] é a de que se instaura como empreendimento econômico: empresas imobiliárias, ferroviárias, comerciais, bancárias, etc., loteiam terras, transportam mercadorias, compram e vendem, financiam a produção e o comércio. Passa-se, assim, da produção do excedente para a produção da mercadoria. A frente pioneira surge não como consequência “rebarbativa” da sociedade capitalista, mas como resultado direto da reprodução desta. O ponto-chave da implantação da frente pioneira é a propriedade privada da terra. Na frente pioneira

a terra não é ocupada, é comprada. Desse modo, a renda da terra se impõe como mediação entre o homem e a sociedade. A terra passa a ser equivalente de capital e é através da mercadoria que o sujeito trava as suas relações sociais. Essas relações não se esgotam mais no âmbito do contato pessoal. O funcionamento do mercado é que passa a ser o regulador da riqueza e da pobreza. (MARTINS, 1976, p. 47).

É a partir deste contexto de entendimento teórico que precisa ser avaliada a atuação das empresas colonizadoras no Oeste do estado. Neste sentido, uma empresa imobiliária que teve atuação destacada no processo de colonização desta região foi a Industrial Madeireira e Colonizadora Rio Paraná S.A. – MARIPÁ. Esta empresa, formada por comerciantes gaúchos, adquiriu, no ano de 1946, a fazenda Britânia, composta por uma área de 274.845 hectares que pertencia à Companhia Maderas del Alto Parana, cuja sede situava-se em Buenos Aires.

A MARIPÁ passou a se dedicar à atividade de extração de madeira até 1949, quando começou a colocar em curso seu projeto de colonização. Entre seus objetivos comerciais, além da venda de terras, constava a continuidade da extração, beneficiamento a exportação de madeira através do porto Britânia, construído e utilizado, para o mesmo fim, pela companhia anteriormente proprietária da fazenda.

Com a instalação de sua sede no município de Toledo (então uma pequena vila construída para ser o centro administrativo da colonização), a companhia MARIPÁ tomou uma série de medidas que resultou na efetiva e relativamente rápida ocupação da área adquirida. Privilegiou-se a divisão das terras em pequenas propriedades (chamadas de colônias), com tamanho aproximado de 10 alqueires (24 hectares), procurando dividir os lotes de maneira que cada propriedade contasse com um curso d'água. A opção pela divisão das terras em pequenas propriedades tinha razões bastante pragmáticas do ponto de vista comercial, segundo interesses ligados à empresa colonizadora.

A estratégia adotada permitia à empresa obter mais lucros com cada lote vendido, além deste sistema ter sido necessário para atrair um grande número de pessoas para povoar a região, estando dentro dos planos ligados, também, à urbanização.

No que se refere aos grupos colonizadores dessa parte do Estado, a MARIPÁ procedeu a um direcionamento preciso quanto às suas origens. De forma deliberada, os diretores da companhia divulgaram o empreendimento e vendiam as terras preferencialmente para gaúchos e catarinenses, na sua maioria de ascendência italiana ou alemã.

A seleção era feita pelos próprios responsáveis pela Companhia, havendo o interesse de atrair comerciantes e agricultores experientes do interior dos dois estados sulinos para ocupar a porção sul da Fazenda Britânia. O norte da fazenda, uma faixa que possuía características de terras próprias ao cultivo do café (terça parte da área total), seria reservada para os agricultores do Norte do estado do Paraná e de outros estados brasileiros, mas a sua ocupação só ocorreria após os colonos catarinenses e gaúchos terem se fixado na parte sul. (SAATKAMP, 1984, p. 44).

Os primeiros núcleos de povoamento foram formados assim que se iniciou a venda das terras, em 1947, já havia casas e alguns estabelecimentos comerciais em Toledo, além, é claro, do escritório da companhia. Em 1951, surgiram as primeiras casas de General Rondon (município atualmente denominado de Marechal Cândido Rondon), o segundo núcleo que mais prosperou entre os planejados pela empresa, superado apenas por Toledo, que, neste mesmo ano, fora elevado ao conceito de cidade, sendo, posteriormente, criado o município com o mesmo nome.

Do projeto de colonização dirigida por essa e outras empresas privadas no Oeste, deve ser mencionado ainda que a exploração da madeira encontrava-se associada à venda de terras e há o registro de disputas fundiárias violentas, envolvendo posseiros e as empresas. É o caso do conflito armado que ocorreu na localidade de Jardinópolis, em 1961. Este distrito, juntamente com Flor da Serra, formou o município de Serranópolis do Iguaçu, sendo que mais da metade de sua área pertence ao Parque Nacional do Iguaçu. Há também o registro de violentas disputas por terras, no início da ocupação do município de Matelândia.

Foi no Sudoeste paranaense, no entanto, que ocorreu o conflito de maior repercussão.

Diferentemente da região Oeste, a colonização do Sudoeste, em curso nos anos de 1940 e 1950, caracterizou-se pela maior presença do Estado no processo, sendo reservado um perfil conflituoso às ações das companhias colonizadoras particulares.

Na década de 1940, registram-se mudanças no Sudoeste que apontavam para a superação da forma de organização social e econômica cabocla. Tratava-se da constituição de uma nova fase amparada na migração catarinense e, sobretudo, gaúcha, cujos colonos se estabeleceram na região pela ocupação de terras devolutas ou pela compra da posse do caboclo, ou, ainda, pela colonização dirigida, cujo contexto motivador é encontrado na política estabelecida pelo governo de Getúlio Vargas que, ao assumir o poder, pôs em curso profundas reformas de cunho político-econômico e social para o país.

A partir da iniciativa estatal e da chegada dos agricultores, vindos do Sul, familiarizados com as práticas “modernas”; os caboclos do Sudoeste foram gradativamente expulsos ou incorporados sob a nova forma de produção. O episódio marcante, na formação socioespacial do Sudoeste, refere-se ao conflito fundiário que repercutiu nacionalmente em 1957, mas que foi deflagrado anos antes.

A disputa pela posse de terras no Sudoeste tem sua origem na concessão de terras feita pelo Governo Imperial, no século XIX, como forma de pagamento a empresas estrangeiras que atuavam no ramo de construção de ferrovias no país, com o objetivo que estas empresas estendessem a malha ferroviária de São Paulo ao Rio Grande do Sul.

Depois de várias transferências do direito de concessão, as terras foram tituladas, nas primeiras décadas do século XX, formando as glebas de Chopim e Missões que correspondiam a quase totalidade do território do Sudoeste paranaense.

Como já foi mencionado, em 1930, o Governo Vargas revisou os contratos de concessão, rescindindo aqueles que julgava irregulares. Entre estes, constavam os referentes às terras do Sudoeste paranaense, que então pertenciam à *Brazil Railway* e que foram incorporadas pela União, por decreto, em 1940.

Entre as ações do Governo Vargas para incentivar a ocupação de novas áreas pelo interior do país, estabelecendo novas fronteiras de ocupação, destaca-se a criação de colônias agrícolas. Dentre estas, há o caso da Colônia Agrícola Nacional General Osório (CANGO), criada pelo governo federal, em 1943, e responsável pelo processo de ocupação do Sudoeste paranaense.

O diferencial dessa experiência baseava-se nas condições favoráveis à ocupação, fornecidas pela União. O projeto não se limitava a dar terra ao agricultor, ofereceria-lhe também ajuda técnica, assistência social e de infraestrutura. De acordo com Gomes, este diferencial, em relação a outros projetos de colonização feito por empresas privadas ou pelo próprio Estado, atraiu grande número de pessoas interessadas em adquirir terras no Sudoeste do Paraná.

O sistema de pequena propriedade adotado na colonização, sem ônus para o agricultor, com um serviço de infra-estrutura e assistência de saúde e educação totalmente gratuitos, aliado a uma forte propaganda que se fazia no Rio Grande do Sul, atraiu em poucos anos milhares de famílias para a região. O crescimento da população acompanhou o crescimento das condições que estavam sendo dadas para que a região produzisse e colocasse essa produção no mercado. (GOMES, 1987, p. 19).

A implantação do projeto dessa colônia agrícola poderia figurar como uma iniciativa promissora, porém, no contexto de disputa por terras que predominava fortemente nas frentes de colonização da época, em todo o Paraná, o Sudoeste não se revelou exceção. Ao contrário, nesta área do Estado ocorreu o conflito que mais teve repercussão, na época, em todo o país.

A situação de tensão tem início com a participação de empresas imobiliárias que questionaram a legalidade da posse da terra oferecida pela CANGO. Nesta ofensiva, destaca-se a Clevelândia Industrial Territorial Ltda. (CITLA), que, posteriormente, tornou suas concessionárias outras duas empresas: a Companhia Comercial Agrícola Paraná Ltda. e a Companhia Imobiliária Apucarana.

A CITLA, além de incorporar os interesses econômicos dos seus proprietários, possuía

um trunfo político que facilitava sua atuação: o governador do Paraná, na época, Moysés Lupion (mandatos de 1947-1951 e de 1956-1961) era um dos sócios da empresa; oferecia o apoio necessário aos interesses do estabelecimento. Esta companhia atuou na região, entre 1950 e 1957, com casos comprovados de violência e assassinatos que visavam intimidar os colonos, procurando convencê-los a aderir à proposta de “regularização” de sua situação junto à empresa.

O envolvimento de Lupion e a violência praticada na região são enfatizados em diversos trabalhos desenvolvidos sobre o assunto. Entre estes, selecionamos uma passagem que aborda esta questão.

[...] com a entrada da CITLA, os agricultores deveriam pagar por aquilo que já haviam recebido de graça da CANGO. E como a CITLA sabia que suas pretensões sobre aquelas terras eram ilegais, ela era obrigada a agir com pressa: os pagamentos deveriam ser feitos praticamente a vista e a lei imposta pela CITLA era: ou paga, ou sai, ou morre. A CITLA, através de sua polícia particular, espalhou o terror pela região. Quem não quisesse obedecer a lei da CITLA corria perigo de vida e, de fato, as vítimas se contam às dezenas. [...] Esta [a CITLA] apoiava-se antes de tudo no poder estadual – além de contar com a preciosa omissão do executivo federal, que, por razões de fidelidade política não podia se opor às atividades da companhia à qual pertencia Moisés Lupion. (ABRAMOVAY, 1981, p. 43).

O interesse que o Sudoeste despertou junto ao governador Lupion procedia da atividade empresarial a que estava ligado – a exploração da madeira.

A madeira foi o grande negócio do chamado “Grupo Lupion”, que se dedicava à sua extração, beneficiamento e exportação. Esta atividade, tendo um caráter eminentemente extensivo, transformou a região Sudoeste em locus privilegiado para os interesses do grupo. (COLNAGHI, 1991, p. 10).

A exploração dos “sertões” do Paraná pautou-se principalmente no cultivo do mate e da extração de madeira para a exportação. Ao final da Segunda Guerra Mundial as exportações de madeira ampliaram-se em razão da retomada da normalidade do comércio internacional e da demanda para a reconstrução nas áreas atingidas pela guerra.

As ações, estratégias e interesses dos grupos empresariais de colonização privada na região encontra relação com o que ocorria no restante do país. Para Iokoi (2001), o Brasil se constituiu nesta conexão imbricada entre o moderno e o arcaico, que forma um mesmo movimento. Para a autora, os interesses voltados à concentração fundiária do país organizam uma gama de dominação do circuito do ramo na modernidade, na qual os velhos latifundiários também são banqueiros, dirigentes de meios de comunicação e estão diretamente envolvidos com a política.

Quem é o senhor Moisés Lupion, ao fim e ao cabo, senão um grande grileiro de terras, que lá atrás usou um mecanismo que foi dado pela Lei de Terras. A Lei de Terras transformou a terra em equivalência de capital (preço-valor), mas fez com todos aqueles que eram os antigos concessionários das sesmarias ganhassem esse atributo de capital. Portanto, aquela velha tradição carcomida do domínio, ficou moderna. (IOKOI, 2001, p. 20-21).

Depois de vários episódios envolvendo violência e disputa política, a situação no Sudoeste chegou a tal ponto de tensão que resultou na resistência armada por parte dos agricultores, com o objetivo de se defenderem dos jagunços contratados pelas companhias imobiliárias. Os agricultores se organizaram e dominaram, no ano de 1957, as cidades de Capanema, Barracão, Santo Antônio, Pato Branco e Francisco Beltrão. Nesta última estavam instalados os escritórios sedes da CITLA e da Companhia Comercial Agrícola Paraná Ltda., que foram destruídos.

Devido a repercussão do conflito, junto à imprensa e à esfera política nacional, o governo federal pressionou o executivo paranaense a buscar uma solução negociada.

Foi estabelecido um acordo com os agricultores, que depuseram as armas, em troca de

serem atendidas algumas exigências, como a retirada das companhias colonizadoras da região e a regularização da propriedade da terra no Sudoeste. Esta medida só foi concretizada em 1961, quando as terras em litígio passaram pelo processo de desapropriação por utilidade pública, estabelecida por decreto federal para isso, foi criado o Grupo Executivo para as Terras do Sudoeste do Paraná (GETSOP), em atividade entre 1961 e 1973, responsável pela regularização fundiária e colonização das glebas desapropriadas. No processo de demarcação das terras, o GETSOP adotou o critério de respeitar as linhas divisórias acordadas entre os agricultores, mesmo que resultasse em lotes de formas e dimensões irregulares.

Outra atribuição conferida ao GETSOP era a de regularizar a exploração da madeira na região. Em 1962, o GETSOP detectou 270 serrarias no Sudoeste. Quem possuía algum capital instalava uma serraria e começava a derrubada das árvores, pois não tinha garantias de que o pinheiral fosse de sua propriedade futuramente, já que a situação fundiária ainda estava por ser regularizada. (WACHOWICZ, 1987, p. 227). As décadas de 1950 e 1960 foram marcadas pela intensificação da derrubada da mata de araucária, que predominava em todo o Sudoeste.

O projeto de colonização implantado pela CANGO representou a inserção do Sudoeste em uma nova fase, marcada por intensas mudanças, como a gradativa eliminação da forma de ocupação cabocla, assimilada à forma social de produção trazida pelos colonos do sul e por uma conjuntura que forçou o pequeno agricultor que migrou para esta região, a pegar em armas para resistir à ação de empresas que personificavam o capital especulativo fundiário no estado.

Esses desdobramentos históricos contribuíram para a manutenção de uma estrutura fundiária baseada na pequena propriedade familiar, que se tornou predominante. É o que se deduz dos seguintes dados: em 1970, 94% dos estabelecimentos agrícolas possuíam menos de 50 hectares, o que representava 69% área total ocupada no Sudoeste. (FERES, s/d, p. 526).

Os dados populacionais são indicadores de como o Sudoeste passou de uma região escassamente povoada para uma condição que despertou o interesse de muitos migrantes, em poucas décadas. Segundo Feres (s/d, p. 499), a população desta parte do estado passou de 76.373 habitantes, em 1950, para 230.379 habitantes, em 1960. Ainda segundo o autor, a taxa de crescimento populacional no Brasil, nesta mesma época era de 3,12%, e a do estado do Paraná, de 7,23%, enquanto o Sudoeste atingia 12,4% de crescimento.

Uma consulta à tabela 1 revela como as transformações nessa região refletiam na instalação de municípios, passando da condição de inexistência de município instalado até o início dos anos cinquenta do século XX, para a instalação de sete municípios ao final daquela década e a emancipação de outros 17 na década de 1960.

Considerações finais

Como é possível perceber, a integração econômica, social e política do Oeste-Sudoeste, de forma subordinada e complementar à dinâmica dos principais centros produtores, na escala paranaense e nacional, é paralela à inserção brasileira no contexto do Capitalismo monopolista que ocorreu depois da Segunda Guerra Mundial.

Considerando a avaliação de Santos e Silveira, nesse momento, o próprio Brasil encontrava-se em uma situação de intensificação do processo de integração nacional. A partir de 1945 e 1950 a indústria brasileira ganhou novo ímpeto e São Paulo afirmou-se como a grande metrópole fabril do país. Muitas estradas foram construídas e o Brasil foi integrado pelos transportes e pelas necessidades advindas da industrialização que permitiram o surgimento de importantes cidades no interior. (SANTOS e SILVEIRA, 2001, p. 43-44).

Quanto à integração do Oeste-Sudoeste paranaense, constata-se o seu impulso no final dos anos de 1940, intensificando-se nas décadas de 1950 e 1960, quando houve au-

mento da presença de colonos gaúchos e catarinenses interessados em fixar-se nestas terras, levados pelo processo de expansão da fronteira agrícola.

Foram construídas as condições para a materialização da frente pioneira, quando o modo de ocupação na fronteira passou por transformações significativas amparadas no que se convencionou chamar de Capitalismo moderno, mas trazendo consigo as contradições que permitem identificar a manutenção de práticas arcaicas que compõem este “novo”.

Nesse sentido, ressaltamos o caráter de formação socioespacial conservadora no espaço de fronteira ocidental paranaense que, apesar do conjunto de especificidades na sua constituição, apresenta associação com processos similares que ocorriam por todo o país.

O Brasil possuir um amplo território (o que significa aspectos bastante variados de ambiente, formação histórica etc.), mas é possível reconhecer algumas características, neste espaço de fronteira, que resultam de determinações inerentes à escala do Estado brasileiro, como a desigualdade na distribuição de renda, a instalação da moderna produção agrícola voltada para a exportação e o conflito fundiário.

Referências

ABRAMOVAY, Ricardo. **Transformações na vida camponesa: O Sudoeste Paranaense**. 1981. Dissertação de Mestrado, Universidade de São Paulo.

BANDEIRA, Monis. **Cartéis e Desnacionalização**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1979.

BALHANA, Altiva P.; MACHADO, Brasil P.; WESTPHALEN, Cecília M. **História do Paraná**. Curitiba: GRAFIPAR, vol. 1, 1969.

BRITO, José Maria de. Descoberta de Foz do Iguassú e fundação da Colônia Militar. (1938). **Boletim do Instituto Histórico, Geográfico e Etnográfico Paranaense**. Curitiba, v. XX-XII, p.49-72, 1977.

CABANAS, João. **A Coluna da Morte**. Rio de Janeiro: Editora Almeida e Torres, 1926.

CARDOSO, Jayme A.; WESTPHALEN, Cecília M. **Atlas Histórico do Paraná**. Curitiba: Livraria do Chain, 1986.

COLNAGHI, Maria C. O processo político de ocupação do Sudoeste. In: PAZ, Francisco (org.). **Cenários de economia e política: Paraná**. Curitiba: Prehacio, 1991.

_____. **Obrages & Companhias Colonizadoras: Santa Helena na história do oeste paranaense até 1960**. Santa Helena (PR): Prefeitura Municipal, 1988.

CORRÊA, Roberto Lobato. O Sudoeste paranaense antes da colonização. **Revista Brasileira de Geografia**. Rio de Janeiro: FIBGE, Ano 32, nº 1, p.87-98, 1970.

_____. O Sudoeste paranaense antes da colonização. In: CORRÊA, Roberto Lobato. **Trajetórias geográficas**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1997. p. 237-260.

DIAS, Edson dos Santos; PIMENTA, Margareth de Castro Afeche. A ação de uma companhia privada de colonização no processo de ocupação do Norte paranaense. **Tempos Históricos**. Cascavel: EDUNIOESTE, v. 4, nº 1, p. 111-136, 2002.

FAUSTO, Boris. **A revolução de 1930: historiografia e história**. São Paulo: Companhia das Letras, 1997.

FERES, João Bosco. **Propriedade da terra: opressão e miséria – o meio rural na história so-**

cial do Brasil. Amsterdam : Latin América Studies., nº 56, s/d.

GOMES, Iria Z. **1957 – a revolta dos posseiros**. Curitiba: Criar Edições, 1987.

HAHN, Fábio André; MEZZOMO, Frank Antonio. **Nas Malhas do Poder**. História cultura e espaço social. Campo Mourão: Editora Fecilcam, 2011.

IOKOI, Zilda G. Entrevista concedida ao Conselho Editorial da Revista **Tempos Históricos/Unioeste**. Tempos Históricos. M.C.Rondon, v.03, nº 1, p. 9-30, ago. 2001.

IPARDES – Instituto Paranaense de Desenvolvimento Econômico e Social. **Indicadores e Mapas Temáticos para o Planejamento Urbano e Regional** – Paraná. Curitiba: IPARDES, 2003b. CD-ROM.

LAZIER, Hermógenes. **Análise histórica da posse de terra no Sudoeste paranaense**. Francisco Beltrão (PR): GRAFIT, 1998.

LOPES, Sérgio. **O Território do Iguaçu no contexto da “Marcha para Oeste”**. Cascavel: EDUNIOESTE, 2002.

MARTINS, José de Souza. **Fronteira: a degradação do Outro nos confins do humano**. São Paulo: Contexto, 2009.

MARTINS, José de Souza. **Capitalismo e tradicionalismo: estudo sobre as contradições da sociedade agrária no Brasil**. São Paulo: Pioneira, 1976.

MORAIS, João Quartim de. **A esquerda militar no Brasil**. São Paulo: Expressão Popular, 2005.

NICHOLLS, Willian H. A fronteira agrícola na história recente do Brasil: o Estado do Paraná, 1920-65. **Revista Paranaense de Desenvolvimento**. Curitiba, nº 26, p. 19-53. 1971.

PADIS, Pedro Calil. **Formação de uma economia periférica: o caso do Paraná**. São Paulo: HUCITEC; Curitiba: Secret. da Cultura e do Esporte do Governo do Estado do Paraná, 1981.

PIERUCCINI, Mariângela A.; TSCHÁ, Olga da C.P.; IWAKE, Shiguero. Criação dos municípios e processos emancipatórios. In: PERIS, Alfredo F. (org.) **Estratégias de desenvolvimento regional: Região Oeste do Paraná**. Cascavel: EDUNIOESTE, 2003.

PRESTES, Anita L. **Os militares e a reação republicana**. Petrópolis, RJ: Vozes, 1993.

SAATKAMP, Venilda. **Desafios, lutas e conquistas: história de Marechal Cândido Rondon**. Cascavel: ASSOESTE, 1984.

SANTOS, Milton. **Espaço e sociedade: ensaios**. Petrópolis: Vozes, 1979.

SANTOS, Milton; SILVEIRA, Maria Laura. **O Brasil: território e sociedade no início do século XXI**. Rio de Janeiro: Record, 2001.

SODRÉ, Nelson W. **A Coluna Prestes**. São Paulo: Círculo do Livro, [198?].

WACHOWICZ, Ruy C. **História do Paraná**. Curitiba: Editora Vicentina, 1988.

_____. Paraná, **Sudoeste: ocupação e colonização**. Curitiba: Editora Vicentina, 1987(a).

_____. **Obrageiros, mensus e colonos: História do oeste paranaense**. Curitiba: Editora Vicentina, 1987(b).

WESTPHALEN, Cecília M.; MACHADO, Brasil P.; BALHANA, Altiva P. Nota prévia ao estudo da ocupação da terra no Paraná moderno. **Boletim da Universidade Federal do Paraná**. Curitiba, Departamento de História, nº 7, p.1-52, 1968.

Correspondência:

Edson dos Santos Dias

E-mail: edias88@yahoo.com.br

Recebido em 20 de julho de 2014.

Aceito para publicação em 20 de abril de 2015.

Geografia Ensino & Pesquisa, v. 19,
n.1 p. 07-26, jan./abr. 2015

**O processo de formação social
do espaço de fronteira do
oeste-sudoeste paranaense**